

# Se houver calote, que seja na dívida externa

Luiz José Fabiani (\*)

Continuamos na expectativa de que o novo governo de Tancredo Neves venha a pública eliminar suposições que apreensivamente se fazem a respeito da solução para a dívida interna brasileira.



Recentemente, em extenso documento a ele entregue pelo PMDB, a desindexação dos títulos públicos, ainda que parcial, aparece com destaque, nomeando como pagadores da conta "as grandes empresas e as pessoas ricas".

Em que pese à orientação política populista do documento e mesmo seus aspectos éticos, morais e sociais, na medida em que

quem paga é quem tem, é preciso lembrar e, mais que lembrar, esclarecer que a maioria das grandes empresas e pessoas ricas é fruto de dezenas, quando não de centenas, de anos de trabalho árduo, de correr, de criar empregos, de pagar impostos, de reinvestir lucros, bem ao contrário daquilo que o mestre Bulhões chamou admiravelmente de mentalidade lotérica da sociedade brasileira, cujo viés induz sempre pelo caminho de que tudo aconteceu por pura sorte, que os problemas são resolvidos pelo acaso ou que as empresas e as pessoas são ricas porque fizeram os treze pontos da Loteca.

A dimensão que representa hoje o mercado de títulos públicos em poder do público deve girar por volta de 80 trilhões de cruzeiros, algo como 27 bilhões

de dólares. Se contarmos as cadernetas de poupança, a esse número somam-se mais de 18 bilhões ou 20 bilhões de dólares, chegando fácil aos 45 bilhões de dólares no total.

Ora, um mercado dessa dimensão, e aqui é o enfoque que gostaria fosse observado pelo futuro governo, não pode ser achacado, ameaçado, como se fosse o culpado da dívida. O culpado é o governo, que não soube aplicar estes recursos e, com raras e honrosas exceções, nunca soube administrar a dívida pública, fazendo no mercado aberto uma política quase sempre bisonha. Por acaso os juros praticados no mercado são impostos unilateralmente? Não! Eles são frutos de um devedor que não soube aplicar o dinheiro que tomou emprestado e agora perdeu sua credibilidade. Logicamente,

a taxa de empréstimos a esse "cliente governo" é a taxa elevada dos clientes de alto risco, levando de roldão toda a estrutura de juros que influi na vida do público e das empresas privadas.

Moderem-se os gastos governamentais; executem-se projetos de real interesse da sociedade; reduzam-se os desperdícios e mordomias; viva o governo como um ente endividado e pobre, porém honrado! E verão que a inflação cederá, os juros baixarão e a mentalidade da dedicação e do trabalho tomará o lugar da lotérica.

Faço publicamente a defesa deste mercado na convicção de que o erro não está nele, e sim em quem tomou emprestado. Faça o governo uma política financeira saudável e todo o mercado estará pronto a

colaborar. Todos estão cômicos de que devem contribuir para a solução, porém é preciso antes resgatar a credibilidade do devedor.

Qualquer outra alternativa fora do mercado desmontará uma estrutura financeira de grande porte que se bem trabalhada será um apoio formidável aos planos do novo governo.

Um país não se esgota no combate à inflação. Temos a saúde, a educação, o solo e o subsolo para explorar e desenvolver. É preciso pensar mais longe.

Para finalizar, espero que não se caia na vala comum daquela figura de que bater em irmão é mais fácil que no vizinho, pois, calote por calote, sou mais dívida externa.

(\*) Diretor financeiro do grupo Votorantim.